

PROVISÓRIO

SUMÁRIO

Art. 1º

| | |
|--|----|
| ▶ Execução fiscal..... | 1 |
| ▶ Legislação de regência | 1 |
| ▶ Aplicação subsidiária do CPC..... | 1 |
| ▶ Relação de complementariedade entre o CPC e a LEF..... | 2 |
| ▶ Aplicação do CPC na hipótese de existência de regra na LEF | 2 |
| ▶ Créditos tributários e lei complementar..... | 3 |
| ▶ Retrospectiva histórica da inter-relação entre a LEF e o CPC..... | 4 |
| ▶ Dívida Ativa da Fazenda Pública..... | 4 |
| ▶ Certidão de dívida ativa..... | 5 |
| ▶ Fazenda Pública x Fazenda Nacional..... | 5 |
| ▶ A pretensão executiva fiscal..... | 7 |
| ▶ Evolução histórica do tratamento legal da cobrança dos créditos da Fazenda Pública..... | 7 |
| ▶ Legitimidade ativa para propositura da execução fiscal..... | 9 |
| ▶ Correios (EBCT)..... | 9 |
| ▶ FGTS e a celebração de convênios..... | 9 |
| ▣ Natureza e destinação da multa..... | 9 |
| ▶ Inconstitucionalidade formal de resolução do Senado que permite que os entes federativos transfiram a cobrança da dívida ativa a instituições financeiras..... | 9 |
| ▶ Conselhos de Fiscalização Profissional..... | 10 |
| ▣ Natureza jurídica e requisitos..... | 10 |
| ▣ Súmula 673 do STJ..... | 11 |
| ▶ Condição de procedibilidade..... | 11 |
| ▶ Alteração legislativa..... | 11 |
| ▣ Aplicabilidade imediata às ações em curso..... | 11 |
| ▣ Multa administrativa..... | 12 |
| ▣ Termo <i>a quo</i> do prazo prescricional..... | 12 |
| ▣ A lei não exige que sejam executadas quatro [atualmente cinco] anuidades, mas, sim, o valor equivalente à soma de quatro [atualmente cinco] anuidades..... | 13 |

| | |
|--|----|
| ☐ O valor mínimo para execução fiscal é o valor de cinco vezes a anuidade máxima (teto previsto em lei), ainda que o referido conselho cobre anuidade em valor inferior..... | 13 |
| ☐ O art. 8º e as execuções fiscais propostas antes de sua vigência..... | 14 |
| ☐ Súmula 66 do STJ..... | 14 |
| ☐ Súmula 396 do STJ | 14 |
| ☐ Cancelamento do registro antes de atingido o patamar de anuidades..... | 14 |
| ☐ Inconstitucionalidade da lei que delega aos conselhos a competência para definir as anuidades sem parâmetro legal..... | 15 |
| ☐ Constitucionalidade da lei que estipula teto para as anuidades..... | 15 |
| ☐ Anotação de Responsabilidade Técnica e poder de polícia..... | 16 |
| ▶ Impossibilidade de manejo de ação monitoria..... | 16 |
| ▶ OAB..... | 17 |
| ☐ A anuidade cobrada pela OAB não tem natureza jurídica tributária..... | 17 |
| ☐ O art. 8º da Lei nº 12.514/2011 e as anuidades da OAB..... | 18 |
| ☐ Jurisprudência em teses (STJ)..... | 19 |
| ☐ Imposto Territorial Rural (ITR)..... | 19 |
| ☐ Súmula 139 do STJ | 19 |
| ▶ Confederação Nacional da Agricultura (CNA)..... | 19 |
| ☐ Súmula 396 do STJ | 19 |
| ▶ Empresas públicas e sociedades de economia mista | 20 |
| ▶ Concessionárias de serviço público..... | 20 |
| ▶ Órgão de representação judicial..... | 21 |
| ▶ Conselhos de Fiscalização Profissional..... | 21 |
| ▶ Município resultante de desmembramento realizado em desacordo com o art. 18, § 4º, da CF/88 não detém legitimidade ativa para a cobrança de IPTU de imóvel situado em território a ele acrescido | 21 |
| ▶ Legitimidade passiva..... | 22 |
| ▶ Multa ambiental..... | 22 |
| ☐ Súmula 623 do STJ | 23 |
| ▶ Pessoas jurídicas de direito público..... | 23 |
| ▶ Pessoas jurídicas vinculadas à Administração Indireta do ente exequente..... | 24 |
| ▶ Empresas públicas, sociedades de economia mista e serviço social autônomo.... | 25 |
| ☐ Impenhorabilidade dos bens afetados à prestação de serviços..... | 25 |
| ▶ Estados estrangeiros..... | 26 |
| ☐ Renúncia expressa à imunidade de execução..... | 27 |
| ☐ Débitos de IPTU: execução fiscal pode ser ajuizada contra alienante por débitos anteriores à alienação | 27 |

| | |
|---|----|
| ▶ Impossibilidade de manejo de demais meios coercitivos..... | 28 |
| ▣ Inconstitucionalidade de lei que condiciona a emissão de notas fiscais à prestação de garantia | 29 |
| ▣ Inconstitucionalidade da lei que vincula a prática de atos empresariais à quitação dos créditos tributários | 29 |
| ▶ É constitucional a exigência do CTB de quitação dos tributos, encargos e multas para que os veículos possam circular. | 30 |
| ▣ Retenção da mercadoria importada até o pagamento dos direitos <i>antidumping</i> não viola e Súmula 323 do STF | 30 |
| ▣ Havendo previsão no edital, a responsabilidade por débitos de IPTU posteriores à arrematação é do arrematante, ainda que postergada a respectiva imissão na posse | 30 |
| ▣ Súmula 70 do STF..... | 31 |
| ▣ Súmula 127 do STJ | 31 |
| ▣ Súmula 323 do STF | 31 |
| ▣ Súmula 547 do STF | 31 |
| ▶ Manejo de medidas executivas atípicas | 31 |
| ▣ Impossibilidade de aplicação de medidas executivas atípicas na execução fiscal: suspensão de CNH e passaporte..... | 31 |
| ▣ Enunciado 48 da ENFAM | 33 |
| ▣ Enunciado 12 do FPPC..... | 33 |
| ▣ Enunciado 396 do FPPC..... | 33 |
| ▣ Intervenção do Ministério Público..... | 33 |
| ▣ Súmula 189 do STJ | 35 |
| ▶ Intervenção fundamentada na defesa dos deveres institucionais do MP | 35 |
| ▶ Enunciado nº 123 do FPPC..... | 35 |
| ▶ Intervenção na hipótese de discussão da constitucionalidade de lei..... | 35 |
| ▶ Obrigatoriedade de intervenção do MP na execução fiscal em face de Município revel | 36 |

Art. 2º

| | |
|---|----|
| ▶ Dívida Ativa da Fazenda Pública: definição e hipóteses legais..... | 37 |
| ▶ Definição da Lei nº 4.320/1964 | 38 |
| ▶ Redefinição parcial do conceito..... | 38 |
| ▶ Principais efeitos da inscrição em dívida ativa..... | 39 |
| ▶ Estabelecimento de empresa que tenha CNPJ individual não tem direito a certidão negativa em seu nome, se houver pendências de outros estabelecimentos do mesmo grupo (matriz/filial)..... | 39 |

| | |
|--|----|
| ▶ Benefícios previdenciários recebidos indevidamente..... | 42 |
| ☐ As inscrições em dívida ativa dos créditos referentes a benefícios previdenciários recebidos indevidamente antes da MP nº 780 são nulas, podendo ser reiniciadas se o crédito não estiver prescrito..... | 43 |
| ▶ Créditos decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação trabalhista..... | 43 |
| ▶ Multas impostas pelos Tribunais de Contas: execução comum..... | 44 |
| ▶ Legitimidade para execução: próprio ente prejudicado..... | 45 |
| ☐ O Município prejudicado é que tem legitimidade para executar multa imposta pelo TCE agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal..... | 47 |
| ▶ Multa decorrente de condenação criminal transitada em julgado: MP e, subsidiariamente, Fazenda Pública..... | 48 |
| ☐ Súmula 521 do STJ, editada antes da decisão do STF..... | 52 |
| ☐ Inadimplemento da multa pecuniária e extinção da punibilidade do apenado.... | 52 |
| ☐ Legitimidade do MP para promover medida que garanta o pagamento de multa penal assecuratória..... | 52 |
| ▶ Transmissão da dívida decorrente de condenação criminal aos herdeiros..... | 52 |
| ▶ Foro competente para a cobrança da multa decorrente de condenação criminal..... | 53 |
| ☐ Inadimplemento e extinção da punibilidade..... | 54 |
| ▶ Multa decorrente de condenação criminal: prescrição..... | 56 |
| ▶ Multa punitiva..... | 56 |
| ▶ Transmissão aos herdeiros e sucessores..... | 56 |
| ▶ Multa punitiva e sucessão patrimonial..... | 57 |
| ☐ Súmula 554 do STJ..... | 59 |
| ▶ Multa por ato atentatório à dignidade da justiça..... | 60 |
| ▶ A respeito da regra do art. 77, §§ 1º a 3º do CPC/2015..... | 60 |
| ▶ Ato atentatório à dignidade da justiça praticado pelo próprio Estado..... | 61 |
| ▶ Movimentações financeiras não informadas na declaração de imposto de renda..... | 61 |
| ▶ Procedimento..... | 62 |
| ☐ Súmula vinculante 24 do STF..... | 62 |
| ☐ Tarifa de água..... | 62 |
| ▶ Crédito constante em título judicial..... | 63 |
| ▶ Condenações e multas do CADE..... | 63 |
| ▶ Cédula de crédito rural..... | 64 |
| ☐ Possibilidade de manejo da execução fiscal..... | 65 |

| | |
|--|----|
| ■ É inadmissível a penhora de bem já hipotecado por força de crédito rural, salvo, dentre outros, em face de execução fiscal | 68 |
| ■ Impossibilidade de ajuizamento de execução fiscal para cobrança de salário indevidamente recebido por servidor público | 68 |
| ▶ Abrangência da dívida ativa..... | 69 |
| ▶ Valor consolidado da dívida..... | 69 |
| ▶ Cálculo dos acessórios..... | 70 |
| ■ Inexistência de prejuízo à liquidez da dívida ativa | 70 |
| ▶ Acessórios: rol exemplificativo | 71 |
| ▶ Juros de mora e atualização monetária..... | 71 |
| ▶ Juros de mora nos créditos estaduais | 72 |
| ■ Súmula 27 do TJSP | 73 |
| ■ Súmula 19 do TJPE | 73 |
| ■ Súmula 4 do CARF..... | 73 |
| ▶ Juros de mora e atualização monetária. Créditos não tributários federais..... | 73 |
| ▶ Juros de mora e atualização monetária. Créditos do Banco Central | 74 |
| ▶ Juros de mora e atualização monetária. Créditos não tributários dos demais entes | 74 |
| ■ Enunciado 20 do Conselho da Justiça Federal | 77 |
| ■ Enunciado 164 do Conselho da Justiça Federal..... | 77 |
| ■ Incidência de juros sobre a multa de ofício..... | 77 |
| ▶ Juros e multa de mora na execução contra a massa falida..... | 79 |
| ■ Taxa SELIC | 80 |
| ▶ FGTS: créditos recolhidos, mas não depositados pelo empregador | 80 |
| ■ Súmula 459 do STJ | 81 |
| ■ Súmula 249 do STJ | 81 |
| ▶ Juros de mora e suspensão da exigibilidade do crédito: a concessão de medida liminar não interrompe a incidência de juros de mora..... | 81 |
| ■ O depósito integral afasta a incidência de juros de mora no período | 82 |
| ■ Súmula 5 do CARF..... | 83 |
| ■ Súmula 405 do STF | 83 |
| ▶ Cumulação de juros e multa de mora | 83 |
| ■ Súmula 209 do extinto TFR..... | 84 |
| ▶ Multa de ofício | 84 |
| ▶ Incidência de juros de mora sobre multa de ofício | 84 |
| ▶ Termo inicial..... | 88 |
| ▶ Crédito tributário federal: juros e multa de mora..... | 89 |
| ▶ Juros de mora | 89 |

| | |
|--|-----|
| ☐ Taxa SELIC não é cumulável com outros índices..... | 89 |
| ▶ Multa de mora nos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil..... | 89 |
| ☐ A anistia prevista pela Lei nº 11.941/2009 pode ser aplicada também quando da conversão em renda do depósito judicial em ação judicial já transitada em julgado | 90 |
| ▶ Demais encargos na dívida ativa da União..... | 91 |
| ▶ Constitucionalidade do dispositivo | 91 |
| ▶ Encargos legais englobam honorários advocatícios e custas processuais, não sendo possível condenação autônoma. | 92 |
| ☐ O CPC não revogou o encargo do DL nº 1.025..... | 93 |
| ▶ Redução do percentual | 94 |
| ☐ Súmula 168 do TFR (extinto Tribunal Federal de Recursos) | 95 |
| ▶ Execuções fiscais das autarquias..... | 95 |
| ☐ Execuções fiscais propostas contra pessoas jurídicas de direito público | 95 |
| ☐ O encargo pode ser exigido da massa falida..... | 95 |
| ☐ Súmula 400 do STJ | 96 |
| ☐ Natureza jurídica controvertida dos encargos legais do DL nº 1.025..... | 96 |
| ☐ “Crédito não tributário destinado à recomposição das despesas necessárias à arrecadação, à modernização e ao custeio” e “mero benefício remuneratório” | 98 |
| ▶ Encargos legais..... | 99 |
| ▶ INSS | 99 |
| ▶ CVM..... | 99 |
| ▶ INCRA..... | 100 |
| ▶ FGTS..... | 100 |
| ☐ SUNAB..... | 101 |
| ▶ Encargos legais e o regime específico de honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública for parte | 101 |
| ▶ Quando não incluído como encargo na CDA, os honorários arbitrados no despacho do juiz devem observar o art. 827 do CPC e não o art. 85, § 3º do CPC | 102 |
| ☐ Desistência da execução fiscal e encargos de sucumbência | 103 |
| ☐ Súmula 153 do STJ. | 103 |
| ☐ É constitucional, desde que observado o teto remuneratório, lei estadual que destina aos procuradores honorários na hipótese de quitação de dívida ativa em decorrência da utilização de meio alternativo de cobrança administrativa ou de protesto de título..... | 103 |
| ▶ Inscrição em dívida ativa X constituição do crédito tributário | 104 |

| | |
|--|-----|
| ▶ Obrigação e crédito tributário: a linha divisória do lançamento..... | 105 |
| ▶ Declaração do contribuinte, lançamento e inscrição em dívida ativa | 105 |
| ▣ Súmula 436 do STJ | 107 |
| ▶ Confissão de dívida no documento que formalizar o cumprimento de obrigação acessória..... | 107 |
| ▣ Depósito judicial equivale ao lançamento por homologação: se a Fazenda aceita como integral o depósito, aquiesce com o valor apresentado pelo contribuinte..... | 107 |
| ▶ Declaração apresentada após o transcurso do prazo decadencial: decadência do crédito tributário..... | 108 |
| ▶ Prazo para constituição do crédito tributário: lançamento de ofício X lançamento por homologação..... | 108 |
| ▣ Súmula 555 do STJ | 109 |
| ▶ Inscrição em dívida ativa pressupõe exaurimento do processo administrativo... | 110 |
| ▶ Lançamento tributário: ato administrativo | 110 |
| ▶ Inscrição do crédito em dívida ativa: controle preventivo de legalidade | 110 |
| ▶ O processo administrativo fiscal | 112 |
| ▶ Suspensão do prazo prescricional: inaplicabilidade aos créditos tributários.... | 112 |
| ▶ Dever de oportunidade do pagamento voluntário antes da inscrição em dívida ativa..... | 114 |
| ▣ A entrega da DCTF constitui crédito tributário, que pode ser cobrado após a compensação ser considerada não declarada pela autoridade competente, sendo afastada, portanto, a decadência..... | 114 |
| ▶ Competência da PGFN para apurar e inscrever créditos de natureza tributária em dívida ativa. Inaplicabilidade aos Estados e Municípios. Autonomia dos entes federativos | 114 |
| ▶ Créditos não-tributários e a competência da PGFN | 115 |
| ▶ Créditos previdenciários..... | 115 |
| ▶ Créditos constituídos pelo INSS em decorrência de benefício indevido ou a maior, <i>inclusive na hipótese de revogação de decisão judicial</i> | 116 |
| ▣ A reforma da decisão que antecipa os efeitos da tutela final obriga o autor da ação a devolver os valores dos benefícios previdenciários ou assistenciais recebidos, o que pode ser feito por meio de desconto em valor que não exceda 30% da importância de eventual benefício que ainda lhe estiver sendo pago | 118 |
| ▣ Desconto de até 30% do valor do benefício, ressalvada a hipótese de boa-fé objetiva | 119 |
| ▶ Competência e validade da inscrição em dívida ativa | 120 |
| ▶ Transferência dos créditos da Secretaria da Receita Federal para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para fins de inscrição e cobrança | 121 |

| | |
|---|-----|
| ▶ Inscrição de débitos de pequeno valor..... | 122 |
| ▶ Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) | 122 |
| ▶ Advocacia-Geral da União (AGU)..... | 123 |
| ☐ Não cabimento da extinção sem resolução do mérito no caso de execução fiscal de pequeno valor. Arquivamento..... | 123 |
| ☐ Requisitos para o arquivamento dos autos: requerimento do procurador e ausência de garantia | 124 |
| ▶ Demais créditos..... | 125 |
| ▶ Termo de Inscrição em Dívida Ativa. Elementos necessários..... | 126 |
| ▶ Elementos essenciais..... | 127 |
| ▶ Ausência de um dos elementos e nulidade do título | 127 |
| ▶ Temperamento da exigência legal. Interpretação finalística. Não há nulidade sem prejuízo..... | 128 |
| ▶ Possibilidade de emenda da CDA. Possibilidade até decisão de primeira instância | 128 |
| ▶ Instrução da petição inicial com demonstrativo de cálculo..... | 129 |
| ☐ Súmula 559 do STJ | 129 |
| ☐ Indicação do CPF e/ou RG na execução fiscal..... | 129 |
| ☐ Súmula 558 do STJ | 129 |
| ☐ Localização do executado: expedição de ofício à Receita Federal..... | 129 |
| ▶ Desnecessidade de notificação do sujeito passivo da inscrição do crédito em dívida ativa..... | 130 |
| ▶ Procedimento..... | 130 |
| ▶ Inclusão do nome do devedor e corresponsáveis. Responsabilização dos dirigentes e inversão do ônus da prova | 130 |
| ☐ STJ..... | 131 |
| ▶ LEF..... | 132 |
| ▶ CDA: espelho do processo administrativo..... | 132 |
| ☐ Deve ser assegurado aos potenciais legitimados passivos o exercício do contraditório e da ampla defesa..... | 135 |
| ▶ Portaria PGFN nº 180/2010 e Portaria RFB nº 2.284/2010. Garantias do contraditório e da ampla defesa..... | 135 |
| ☐ Tributos lançados de ofício e ausência de processo administrativo..... | 136 |
| ▶ CTN: exceções à independência da personalidade jurídica. Atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos..... | 136 |
| ▶ Dissolução irregular da sociedade empresária..... | 137 |
| ☐ Mera devolução de AR não cumprido não basta à caracterização de dissolução irregular..... | 137 |
| ☐ Súmula 430 do STJ | 137 |

| | |
|---|-----|
| ■ Súmula 435 do STJ | 137 |
| ▶ Dissolução irregular da sociedade empresária e redirecionamento da execução fiscal: aplicabilidade a dívidas não tributárias | 138 |
| ■ Prescrição da pretensão de redirecionamento: termo inicial..... | 140 |
| ■ O tema 444/STJ pode ser aplicado também para outros responsáveis tributários..... | 140 |
| ■ Dissolução irregular após a citação da empresa..... | 141 |
| ■ Somente a dissolução irregular autoriza o imediato redirecionamento da execução para os sócios..... | 142 |
| ■ O simples fechamento de filial de pessoa jurídica não basta para fundamentar a inclusão do sócio no polo passivo..... | 143 |
| ■ Defensorias Públicas Estaduais como <i>amici curiae</i> no debate da questão do redirecionamento | 143 |
| ▶ Redirecionamento da execução fiscal para sócio que não tinha poderes de gerência à época do fato gerador | 144 |
| ■ O redirecionamento fundado na dissolução irregular não pode afetar sócio que não deu causa à dissolução..... | 145 |
| ■ O redirecionamento fundado na dissolução irregular pode ser autorizado contra o sócio ou terceiro com poderes de administração na data em que configurada e dissolução, ainda que não tivesse tais poderes na época do fato gerador do tributo | 146 |
| ■ Pode haver redirecionamento para empresa sucessora para crédito posterior à incorporação, mas ainda lançado no nome da sucedida, se a incorporação não foi oportunamente informada | 147 |
| ■ Em se tratando de extinção regular de micro e pequenas empresas, é possível a responsabilização do sócio pelo inadimplemento, cabendo-lhes demonstrar a insuficiência do patrimônio quando da liquidação, para exoneração da responsabilidade pelos débitos..... | 148 |
| ■ Sucessão empresarial e ineficácia da alienação: a decretação da ineficácia do negócio jurídico por parte do juízo falimentar não impede que o juízo da execução fiscal continue decidindo que houve responsabilidade tributária decorrente de sucessão empresarial | 149 |
| ▶ Os atos ineficazes pela Lei de Falências não são nulos ou anuláveis, mas ineficazes perante a massa falida..... | 149 |
| ■ A produção de efeitos de eventual alteração no contrato social em relação a terceiros pressupõe sua publicização por meio de registro, o que autoriza o redirecionamento da execução fiscal a sócio que se retirou da sociedade, mas ainda não havia registrado essa alteração..... | 149 |
| ■ Não pode haver redirecionamento da execução fiscal de ofício..... | 150 |
| ■ O redirecionamento não afasta a responsabilidade da pessoa jurídica..... | 150 |

| | |
|---|-----|
| ▶ Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Inaplicabilidade ao feito executivo fiscal. Pendência de julgamento de recurso repetitivo, que definirá o tema..... | 152 |
| ☐ Enunciado nº 53 da ENFAM | 155 |
| ☐ Enunciado nº 6 do Fórum de Execuções Fiscais da 2ª Região (FOREXEC)..... | 155 |
| ▶ Redirecionamento da execução fiscal e dispensa de instauração do incidente. Exceções..... | 156 |
| ☐ Possibilidade de redirecionamento contra o sócio-gerente pela suposta prática de crime falimentar, mesmo sem o trânsito em julgado da sentença penal condenatória..... | 158 |
| ▶ Desconsideração da personalidade jurídica nas relações jurídicas regidas pelo Código Civil..... | 158 |
| ▶ Prazo para o Fisco acionar os sócios. Prescrição..... | 159 |
| ▶ Termo <i>a quo</i> para a contagem da prescrição intercorrente..... | 160 |
| ▶ Protesto da CDA. Forma indireta de cobrança. Possibilidade..... | 160 |
| ☐ Execução fiscal não depende do protesto de CDA | 168 |
| ☐ É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio da eficiência. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção de providências. Tema 1184/STF..... | 169 |
| ▶ Considerando o julgamento do RE nº 1.355.208, foi editada a Resolução Nº 547 de 22/02/2024 pelo CNJ..... | 169 |
| ☐ O protesto de CDA não depende de lei local que autorize essa modalidade de cobrança..... | 170 |
| ▶ Inscrição do devedor nos órgãos de proteção de crédito | 171 |
| ☐ É possível utilizar o sistema Serasajud nos processos de Execução Fiscal..... | 173 |
| ☐ Não há necessidade de prévia inscrição em dívida ativa para inscrição do devedor em cadastro restritivo de crédito, mas deve a Administração Pública comprovar a dívida com documento idôneo..... | 174 |
| ☐ É constitucional a comunicação da inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres..... | 175 |
| ☐ Não cabe a inscrição do Estado-membro em relação a pendências administrativas quando os débitos já foram submetidos ao pagamento por precatórios..... | 176 |
| ▶ Vedação à adoção de sanções políticas para constranger o contribuinte ao pagamento de débitos tributários..... | 176 |
| ☐ Dano moral por execução fiscal indevida | 177 |
| ☐ No caso de execução fiscal indevida, o termo inicial dos juros de mora é a data do ajuizamento da primeira execução fiscal | 177 |

| | |
|---|-----|
| ▶ Elementos da Certidão de Dívida Ativa | 178 |
| ▶ Preparação, numeração e subscrição do Termo de Inscrição. Processo manual, mecânico ou eletrônico | 178 |
| ▶ Forma de materialização da inscrição | 178 |
| ▣ Impossibilidade de análise dos requisitos do título na instância extraordinária.... | 178 |
| ▶ Matéria de ordem pública | 180 |
| ▣ A decretação da nulidade depende de prejuízo ao executado | 181 |
| ▶ Possibilidade de emenda da CDA até a decisão de primeira instância..... | 181 |
| ▣ A decisão de primeira instância a que se refere o dispositivo é a sentença dos embargos à execução fiscal..... | 182 |
| ▶ Execução fiscal não embargada..... | 182 |
| ▣ Desnecessidade de emenda no caso de alteração que demande apenas cálculos aritméticos | 182 |
| ▶ Pagamento parcial seguido de emenda ou substituição não afeta a liquidez do título..... | 183 |
| ▶ Vícios que autorizam a substituição | 184 |
| ▶ Impossibilidade de emenda para alteração do polo passivo..... | 185 |
| ▣ Súmula 392 do STJ | 186 |
| ▣ Nulidade sanável. Dever de intimar a Fazenda antes da extinção do feito..... | 186 |
| ▣ Possibilidade de emenda no caso de falência da pessoa jurídica executada.. | 187 |
| ▶ Falência decretada no curso da execução autoriza retificação da CDA..... | 188 |
| ▶ Pretensão impugnatória parcialmente acolhida | 189 |
| ▶ Falecimento do executado. Impossibilidade de alteração do polo passivo, até mesmo para inclusão do espólio, se a inscrição foi procedida no nome do <i>de cuius</i> após a sua morte..... | 189 |
| ▶ Emenda da CDA e devolução do prazo para embargos..... | 190 |
| ▶ Prazo para cobrança do crédito tributário: prescrição..... | 191 |
| ▣ Termo <i>a quo</i> : constituição definitiva do crédito tributário..... | 191 |
| ▶ A geração do DCG Batch, apontando os débitos do contribuinte nascidos da divergência em realce, não implica novo lançamento tributário..... | 193 |
| ▣ A reclamação proposta contra o ato que exclui o contribuinte do programa de parcelamento não suspende a exigibilidade do crédito tributário..... | 193 |
| ▣ Exclusão formal do programa de parcelamento e prescrição. Momento em que nasce a pretensão de cobrança dos valores devidos..... | 194 |
| ▣ Necessidade de prévia intimação do contribuinte para que ocorra a exclusão do REFIS..... | 194 |
| ▣ Modulação de efeitos | 195 |
| ▶ Demora da Fazenda em apreciar pedido de parcelamento e inércia em cobrar. Prescrição da pretensão | 195 |

| | |
|--|-----|
| ☐ Pedido de parcelamento interrompe o prazo prescricional..... | 196 |
| ☐ Súmula 653 do STJ | 196 |
| ▶ Parcelamento de ofício NÃO interfere no prazo prescricional | 196 |
| ▶ Prazo para cobrança do IPVA..... | 197 |
| ▶ O prazo para cobrança do IPTU..... | 198 |
| ▶ O lançamento se perfaz com a notificação, mas a pretensão de cobrança surge após ultrapassada a data de pagamento..... | 199 |
| ☐ Parcelamento do IPTU de ofício não suspende o prazo prescricional | 199 |
| ☐ Não incidência de IPTU sobre área de proteção ambiental..... | 200 |
| ☐ Súmula 397 do STJ | 201 |
| ▶ Prazo para cobrança de contribuições previdenciárias. Art. 174 do CTN: 5 anos | 201 |
| ☐ Súmula Vinculante 8 do STF..... | 201 |
| ☐ Fato gerador ocorrido entre a EC 08/77 e a vigência da Lei nº 6.820/1980.. | 201 |
| ▶ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)..... | 202 |
| ☐ Súmula nº 362 do TST | 204 |
| ▶ Histórico da súmula | 204 |
| ☐ Súmula nº 210 do STJ..... | 204 |
| ☐ Prazo para cobrança de crédito rural..... | 204 |
| ▶ Prescrição da multa administrativa..... | 206 |
| ▶ Multas por infrações à legislação trabalhista..... | 207 |
| ☐ Súmula 467 do STJ | 207 |
| ▶ Prescrição do exercício de ação punitiva pela Administração Federal..... | 208 |
| ☐ Termo inicial do prazo prescricional: data do vencimento da multa..... | 208 |
| ☐ Tarifas de água e esgoto: prazo do CC..... | 209 |
| ☐ Súmula 412 do STJ | 209 |
| ▶ Receitas patrimoniais: taxa de ocupação, foro e laudêmio..... | 210 |
| ☐ Marco interruptivo da prescrição..... | 212 |
| ☐ Prazo prescricional da multa decorrente da comunicação extemporânea da transferência da titularidade do imóvel..... | 212 |
| ▶ Multas penais..... | 212 |
| ▶ Prazo para a constituição do crédito tributário: decadência..... | 214 |
| ☐ Súmula 622 do STJ | 214 |
| ☐ Decadência: confissão de dívida para fins de parcelamento e constituição do crédito tributário | 214 |
| ▶ Decadência: ausência de declaração de débito | 214 |
| ☐ Súmula 555 do STJ | 215 |

| | |
|---|-----|
| ▶ Declaração desacompanhada de pagamento..... | 215 |
| ☐ Súmula 436 do STJ | 216 |

Art. 3

| | |
|--|-----|
| ▶ Dívida ativa: presunção relativa de certeza e liquidez..... | 216 |
| ☐ Necessidade de prova robusta para desconstituir a presunção do título..... | 217 |
| ☐ Prova negativa e <i>onus probandi</i> | 217 |
| ☐ Prova testemunhal não desconstitui, por si só, a presunção do título..... | 218 |
| ▶ Declaração de inconstitucionalidade e seus efeitos..... | 218 |
| ▶ Excesso de execução e liquidez do título..... | 220 |
| ☐ Quando os embargos à execução não versam sobre excesso de execução, mas sobre inexecuibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 917, I, do CPC/2015), mostra-se inaplicável o art. 917, § 4º, do CPC/2015 | 222 |
| ▶ Pagamento parcial: anterior e posterior à inscrição..... | 223 |
| ☐ O executado tem de comprovar o pagamento parcial feito antes da inscrição | 223 |
| ▶ Pagamento integral antes do ajuizamento da execução fiscal..... | 224 |
| ▶ Ação cautelar de caução prévia à execução fiscal não enseja condenação em honorários advocatícios | 225 |

Art. 4º

| | |
|---|-----|
| ▶ Sujeição passiva na execução fiscal..... | 227 |
| ▶ Devedor..... | 227 |
| ☐ Firma individual..... | 227 |
| ▶ EIRELI..... | 228 |
| ▶ Responsabilidade do fiador..... | 229 |
| ☐ A fiança prestada, por si só, é suficiente para caracterizar a responsabilidade | 230 |
| ☐ Não cabe exigir do fiador obrigação superior à do devedor principal..... | 230 |
| ☐ Falência do executado. Manutenção da garantia prestada..... | 230 |
| ▶ Fiador judicial e o CPC/2015..... | 231 |
| ▶ Fiança e outorga uxória | 231 |
| ☐ Dispensa de outorga no caso de união estável..... | 231 |
| ☐ Ausência de outorga uxória: nulidade integral da fiança..... | 232 |
| ▶ Mitigação de regra geral: ninguém pode se beneficiar da própria torpeza.... | 233 |
| ☐ Legitimidade para arguir nulidade: cônjuge que não subscreveu ou seus herdeiros..... | 233 |

| | |
|---|-----|
| ☐ Prorrogação do contrato e continuidade da garantia..... | 233 |
| ▶ Espólio..... | 234 |
| ☐ Responsabilização direta dos herdeiros quando inexistir inventário ou quando houver sido concluída a partilha..... | 234 |
| ▶ Redirecionamento da execução fiscal para o espólio..... | 235 |
| ☐ Súmula 392 do STJ..... | 236 |
| ▶ Multas criminais e multas punitivas..... | 236 |
| ▶ Responsabilidade legal por dívidas tributárias e não-tributárias..... | 236 |
| ▶ Responsabilidade do empregador pela retenção e recolhimento das contribuições previdenciárias..... | 236 |
| ▶ Apropriação indébita previdenciária: elemento subjetivo..... | 238 |
| ☐ Princípio da insignificância..... | 238 |
| ▶ Sucessão tributária e imunidade recíproca..... | 238 |
| ▶ Responsabilização solidária de terceiros. Benefício de ordem..... | 238 |
| ▶ Assunção de dívida de pessoas jurídicas vinculadas à Administração Indireta: edição de lei específica..... | 239 |
| ▶ Responsabilidade do síndico, do liquidante, do inventariante e do administrador..... | 239 |
| ▶ Concordata..... | 240 |
| ▶ Inaplicabilidade da responsabilidade pessoal no caso de venda autorizada judicialmente..... | 240 |
| ▶ Liquidação..... | 240 |
| ▶ Aplicação de normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial à toda a Dívida Ativa da Fazenda Pública..... | 241 |
| ▶ Dívidas tributárias: art. 134 do CTN..... | 242 |
| ☐ Venda por propostas e leilão público: responsabilidade pelo pagamento de tributos..... | 243 |
| ▶ Benefício de ordem..... | 243 |
| ☐ Compete ao juízo especializado da recuperação a análise e decisão de manutenção ou substituição de atos constritivos determinados na execução..... | 243 |
| ☐ Compete ao Juízo da Execução Fiscal determinar os atos de constrição e ao Juízo da Recuperação Judicial exercer juízo de controle e deliberar sobre eventual substituição, mas, não, levantar a penhora – que é de competência do Juízo da Execução Fiscal..... | 244 |
| ▶ Ordem de preferência dos créditos: aplicação do CTN..... | 245 |
| ☐ Na fila de pagamentos da massa falida, o DL ocupa a mesma posição dos créditos tributários, mesmo sem ter natureza tributária..... | 245 |

- Concurso de credores: o crédito tributário tem preferência sobre o produto da arrematação do bem ocorrido em outro processo de execução, ainda que ainda não tenha havido penhora na execução fiscal 246

Art. 5º

- ▶ Competência para processar e julgar as execuções fiscais. Competência em razão da matéria e funcional: o juízo das execuções fiscais prefere a qualquer outro..... 247
- ▶ Competência absoluta..... 247
- ▶ Falência. Dívida Ativa não se sujeita a concurso de credores..... 247
- ▶ Execução fiscal anterior à falência, com penhora realizada antes desta: os bens penhorados não ficam sujeitos à arrecadação no juízo falimentar 248
- Possibilidade da Fazenda Pública habilitar em processo de falência crédito objeto de execução fiscal em curso..... 248
- Prerrogativa do Poder Público de optar entre ajuizar execução fiscal ou se habilitar no processo de falência..... 249
- Competência territorial: a execução fiscal não precisa ser proposta no foro do juízo falimentar 250
- ▶ Justiça competente..... 250
- ▶ Conselhos de fiscalização profissional. Justiça Federal 250
- Súmula nº 66 do STJ..... 251
- ▶ Multas impostas pelo Ministério do Trabalho. Justiça do Trabalho 251
- ▶ Multas impostas pela Justiça Eleitoral. Justiça Eleitoral..... 251
- Súmula nº 374 do STJ..... 252
- ▶ Organismos internacionais e Estados estrangeiros. Competência do STF..... 252
- ▶ Contribuições ao FGT..... 252
- Súmula 349 do STJ 252
- ▶ Conexão e continência 252
- ▶ Possibilidade de reunião de feitos. Competência do juízo da primeira distribuição..... 253
- ▶ Competência: ação anulatória ajuizada *antes* da execução fiscal..... 253
- ▶ Apenas no momento em que ajuizada a execução fiscal é que a competência absoluta do juízo da execução determina a reunião dos feitos 255
- ▶ Síntese 256
- ▶ Competência territorial..... 256
- ▶ Descompasso entre a previsão do art. 46, § 5º e a realidade da advocacia pública brasileira 257

| | |
|--|-----|
| ▶ Competência territorial: a competência insculpida no art. 46, § 5º do CPC é relativa..... | 258 |
| ▶ Mudança de domicílio do executado não desloca a competência..... | 258 |
| ☐ Súmula 58 do STJ..... | 258 |
| ▶ Competência da Justiça Federal delegada à Justiça Estadual. MP 651/2014 revogou a competência delegada para o processamento de execuções fiscais..... | 258 |
| ▶ Alteração elogiada pela doutrina..... | 259 |
| ☐ Execuções propostas antes da alteração legal..... | 259 |
| ☐ O art. 109, § 3º, da CFRB, com a redação da EC nº 103/2019, não afastou essa regra, devendo permanecer na Justiça Estadual as execuções fiscais ajuizadas antes da vigência da referida lei..... | 260 |
| ▶ Competência funcional..... | 261 |

Art. 6º

| | |
|---|-----|
| ▶ Requisitos da petição inicial..... | 262 |
| ▶ Petição inicial: desnecessidade de identificação na petição inicial dos nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu... | 262 |
| ▶ Requerimento de produção de provas pela Fazenda Pública..... | 263 |
| ▶ Produção de provas pelo devedor..... | 263 |
| ☐ O mesmo Procurador da Fazenda Nacional pode emitir a CDA e atuar na execução fiscal deste débito..... | 264 |
| ▶ Valor da causa: valor constante na CDA, acrescido dos respectivos encargos legais..... | 265 |
| ☐ Valor da causa nos embargos de terceiro: valor do bem penhorado..... | 265 |
| ▶ Averbação premonitória..... | 265 |
| ▶ Medida facultativa que gera presunção absoluta..... | 266 |
| ☐ Súmula 375 do STJ..... | 267 |
| ▶ Súmula 375 do STJ e o CPC/2015..... | 267 |
| ▶ Bens não sujeitos a registro..... | 267 |

Art. 7º

| | |
|--|-----|
| ▶ Indeferimento da petição inicial..... | 268 |
| ☐ Em execução fiscal, descabe indeferir a inicial, em razão da falta de indicação do CPF ou RG do executado..... | 269 |
| ▶ O arresto como medida substitutiva da penhora..... | 270 |
| ▶ Possibilidade de arresto antes mesmo da citação..... | 271 |

| | |
|--|-----|
| ▣ O registro da penhora ou arresto, independentemente do pagamento de custas e outras despesas | 273 |
| ▣ A isenção abrange apenas as custas efetivamente estatais..... | 273 |
| ▣ Parcelamento e manutenção do bloqueio de ativos via BACENJUD..... | 274 |
| ▣ Resumo | 275 |

Art. 8º

| | |
|---|-----|
| ▶ Formas de citação na execução fiscal | 275 |
| ▣ Citação por edital: cabível, após frustradas as demais modalidades..... | 276 |
| ▣ Súmula 414 do STJ | 277 |
| ▶ Na execução fiscal, a citação por edital não depende de arresto prévio. Suficiência do esgotamento dos meios pessoais de citação..... | 277 |
| ▶ Revelia e nomeação de curador especial..... | 277 |
| ▣ Súmula 196 do STJ | 277 |
| ▶ Citação postal: presunção de efetiva citação com a entrega do mandado no domicílio do executado | 277 |
| ▣ Súmula 429 do STJ | 278 |
| ▣ A Fazenda exequente não precisa adiantar o pagamento das despesas com a citação postal. (<i>ver art. 39</i>)..... | 278 |
| ▶ Posturas do executado..... | 279 |
| ▶ Prazo para pagamento. Distinção entre os regimes da LEF e do CPC..... | 279 |
| ▶ Redução dos honorários advocatícios..... | 279 |
| ▶ Os encargos legais do Decreto-Lei nº 1.025/1969..... | 279 |
| ▶ Abrangência da norma: autonomia dos entes federados e aplicabilidade às execuções estaduais e municipais | 280 |
| ▶ Parcelamento..... | 281 |
| ▶ Pedido de parcelamento e oposição de embargos: comportamento contraditório..... | 281 |
| ▶ Direito potestativo do executado | 281 |
| ▣ Parcelamento tributário. Atos infralegais não podem tratar de requisitos não previstos na lei de regência do benefício..... | 282 |
| ▶ O contribuinte pode parcelar débitos isoladamente, ainda que digam respeito à mesma CDA..... | 282 |
| ▣ O parcelamento tributário pleiteado por um dos devedores solidários não implica renúncia à solidariedade em relação aos demais coobrigados..... | 283 |
| ▣ O pagamento de honorários advocatícios em programa de adesão à parcelamento afasta o pagamento de honorários sucumbenciais na execução fiscal | 285 |

| | |
|--|-----|
| ▶ Citação do executado ausente do país..... | 285 |
| ▶ Interrupção da prescrição pelo despacho que ordenar a citação..... | 286 |
| ☐ Processos nos quais o despacho citatório ocorra na vigência da LC 118/2005: aplicabilidade imediata da interrupção da prescrição..... | 288 |
| ☐ Execução fiscal não tributária: interrupção da prescrição com o despacho que ordenar a citação | 290 |
| ☐ Execução fiscal tributária. A mera prolação do despacho que ordena a citação do executado não produz, por si só, o efeito de interromper a prescrição..... | 290 |
| ☐ A demora na citação, por motivo inerente ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência..... | 292 |
| ☐ Súmula 106 do STJ | 293 |

Art. 9º

| | |
|--|-----|
| ▶ Garantia da execução e discussão da dívida..... | 294 |
| ▶ Oferta antecipada de garantia..... | 294 |
| ☐ Caução ofertada antes da propositura da execução fiscal | 295 |
| ☐ Fisco não pode recusar caução de imóvel cujo valor supera o da dívida tributária | 295 |
| ▶ Fiança | 296 |
| ▶ CPC/1973 | 296 |
| ▶ Lei nº 13.043/2014..... | 297 |
| ▶ CPC/2015 | 297 |
| ▶ Cenário atual..... | 297 |
| ▶ Substituição da penhora. Acréscimo de 30% e sua aplicabilidade às execuções fiscais | 298 |
| ☐ Possibilidade de substituição da carta de fiança pelo seguro garantia | 299 |
| ▶ Substituição da carta de fiança bancária por seguro garantia não demanda o acréscimo de 30% sobre o valor do débito..... | 300 |
| ☐ Fiança bancária e suspensão da exigibilidade do crédito tributário | 301 |
| ☐ Súmula 112 do STJ | 303 |
| ☐ Crédito <i>não-tributário</i> : possibilidade de suspensão da exigibilidade mediante a apresentação de fiança bancária ou de seguro garantia judicial, desde que não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de 30%..... | 303 |
| ☐ Fiança bancária e certidão positiva com efeitos de negativa | 304 |
| ▶ Seguro-garantia judicial: equiparação..... | 305 |
| ▶ Regulamentação do seguro-garantia no âmbito federal..... | 307 |

| | |
|--|-----|
| ■ Seguro-garantia ou carta de fiança com prazo determinado não garante a execução fiscal..... | 308 |
| ■ A Fazenda Pública não tem de ressarcir os valores gastos com seguro garantia..... | 308 |
| ■ Liquidação da carta-fiança e do seguro-garantia na execução fiscal condicionada ao trânsito em julgado..... | 308 |
| ■ Substituição da penhora. Inexistência de limitação quantitativa..... | 309 |
| ■ A garantia da Execução Fiscal por fiança bancária ou seguro garantia não pode ser feita exclusivamente por conveniência do devedor, sendo legítima a recusa pela Fazenda Pública..... | 310 |
| ▶ Acesso do fisco ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS)..... | 310 |
| ▶ Dever do executado de nomear bens à penhora..... | 312 |
| ■ Caráter relativo da ordem de preferência da penhora, que deve ser sopesada com o princípio da menor onerosidade..... | 314 |
| ▶ Nomeação de bens de terceiros à penhora, desde que aceitos pela Fazenda Pública..... | 314 |
| ■ Necessidade de anuência do terceiro proprietário do bem oferecido..... | 314 |
| ■ Necessidade de anuência da Fazenda Pública..... | 314 |
| ■ Necessidade de consentimento do cônjuge: apenas no caso de bem imóvel..... | 315 |
| ▶ Exigência de consentimento do cônjuge para a indicação/oferecimento de bem imóvel à penhora..... | 315 |
| ▶ Empresário pode alienar ou gravar imóveis da empresa com ônus real, sem necessidade de outorga conjugal..... | 316 |
| ■ Depósito judicial: somente o depósito em dinheiro faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora..... | 316 |
| ■ Súmula nº 112 do STJ..... | 316 |
| ▶ Depósito integral: abrange os juros e correção que precedem o depósito.... | 316 |
| ■ As exigências para o depósito são aquelas da data do ajuizamento da execução fiscal..... | 317 |
| ▶ Parcela incontroversa e discussão do saldo devedor: possibilidade de pagamento parcial..... | 318 |
| ▶ Pagamento parcial não suspende a exigibilidade do crédito..... | 318 |
| ▶ O seguro-garantia e a carta de fiança não podem ser executados antes do trânsito em julgado do processo..... | 319 |
| ▶ Portaria PGFN nº 164/2014 considerava ocorrido o sinistro quando não havia pagamento pelo tomador, quando determinado pelo juiz, independente do trânsito em julgado, após o recebimento dos embargos à execução ou da apelação sem efeito suspensivo..... | 319 |

- STJ, antes da edição da Lei nº 14.689/2023: é possível a liquidação antecipada do seguro-garantia, mediante depósito judicial da quantia, mas o valor deverá ficar depositado em juízo até o trânsito em julgado..... 319
- Por se tratar de regra processual, a regra se aplica imediatamente, inclusive às execuções em curso. Considerando que a norma atine a questões processuais, ela tem aplicabilidade imediata aos processos já em curso na data de sua publicação 320
- A antecipação da resolução do contrato de seguro garantia afronta o princípio da menor onerosidade, sem, contudo, dar mais efetividade à execução.... 320

Art. 10

- Penhora: apenas após a citação do executado..... 321
- Objeto: qualquer bem, exceto aqueles que a lei declare absolutamente impenhoráveis 322
- Validade da penhora de bens de pessoa jurídica de direito privado, sucedida pela União..... 322
- Impenhorabilidade do bem de família 323
- Alcance subjetivo da impenhorabilidade do bem de família: família monoparental, união estável, união homoafetiva, irmãos e até mesmo solteiros..... 323
- Súmula 364 do STJ 323
- Alcance objetivo da impenhorabilidade do bem de família: imóvel residencial e bens móveis, *desde que* não tenham caráter suntuoso. Não há limite de valor. A proteção alcança até mesmo o imóvel locado a terceiro 323
- Súmula 486 do STJ 324
- Súmula 449 do STJ 324
- Impenhorabilidade do bem de família: não é necessário que a família resida no imóvel de sua propriedade para que a proteção alcance o bem..... 324
- Impenhorabilidade do bem de família: a obra inacabada pode ser protegida como bem de família, ficando excluído da constrição judicial..... 325
- Impenhorabilidade do bem de família em construção: devem ser analisados os demais requisitos legais da proteção, inclusive se a dívida é decorrente de obrigação afeta à própria construção 325
- Possibilidade de se conferir a proteção do bem de família a imóvel em nome da pessoa jurídica, mas utilizado como moradia do sócio..... 326
- Havendo mais de um imóvel destinado à residência, será impenhorável o de menor valor, salvo a instituição voluntária do bem de família..... 327
- A alienação de imóvel que sirva de residência do executado e de sua família após a constituição do crédito tributário não afasta a cláusula de impenhorabilidade do bem 327

| | |
|--|-----|
| ■ Possibilidade de averbação de protesto contra alienação na matrícula de imóvel considerado bem de família..... | 328 |
| ▶ Exceções à impenhorabilidade do bem de família..... | 329 |
| ■ Para que seja excepcionada a proteção do bem de família, as dívidas tributárias têm de ser oriundas do próprio imóvel..... | 329 |
| ■ Não é possível se rediscutir, em embargos de terceiros opostos pelo filho da executada, a (im)penhorabilidade de bem de família já analisada em exceção de pré-executividade ajuizada pela executada..... | 330 |
| ▶ Má-fé. Executado que adquire imóvel mais valioso como bem de família..... | 330 |
| ■ Impenhorabilidade do bem de família: o executado não pode, espontaneamente, abrir mão da proteção legal. A indicação do bem de família não implica em renúncia ao benefício, por se tratar de norma de ordem pública.... | 331 |
| ■ Bem de família adquirido no curso de demanda executiva também é impenhorável, salvo má-fé..... | 332 |
| ■ Indicação de bem de família à penhora e posterior alegação da impenhorabilidade: ato atentatório à dignidade da justiça..... | 332 |
| ■ A ausência de registro da hipoteca não pode ser utilizada como argumento pelo devedor para afastar a exceção legal e evitar a penhora do bem de família..... | 332 |
| ■ Penhorabilidade do bem de família oferecido em garantia hipotecária pelos únicos sócios da pessoa jurídica devedora..... | 333 |
| ■ Penhorabilidade do bem de família do fiador nos contratos de locação comercial..... | 333 |
| ■ Impenhorabilidade do imóvel rural..... | 334 |
| ▶ Módulo fiscal..... | 334 |
| ▶ Impenhorabilidade do imóvel rural: ônus da prova..... | 334 |
| ▶ Pensão alimentícia. Impenhorabilidade e exceções..... | 336 |
| ▶ Impenhorabilidade de honorários advocatícios..... | 336 |
| ■ Penhora de valores recebidos por anistiado político..... | 337 |
| ▶ Indisponibilidade de bens e direitos: dívida tributária..... | 338 |
| ■ A indisponibilidade de bens e direitos depende do cumprimento de requisitos..... | 338 |
| ■ Súmula 560 do STJ..... | 339 |
| ■ Havendo fraude, é possível que, na medida cautelar, seja decretada a indisponibilidade de bens de participantes do ilícito que não integram a execução fiscal..... | 339 |
| ■ Havendo fraude, a indisponibilidade de bens na medida cautelar não encontra limite no ativo permanente..... | 340 |
| ▶ Defesa do executado pode ser feita de modo incidental..... | 340 |

Art. 11

| | |
|---|-----|
| ▶ Ordem de preferência: a penhora de dinheiro..... | 340 |
| ▶ A ordem de preferência não tem caráter absoluto | 340 |
| ☐ Súmula 417 do STJ | 343 |
| ☐ A ordem legal de penhora é estabelecida em favor do credor: não cabe inversão com base na mera invocação do princípio da menor onerosidade.... | 343 |
| ☐ Ordem de preferência da penhora: não cabe ao magistrado recusar a constrição de bens com fundamento na potencial iliquidez dos bens | 345 |
| ▶ Penhora <i>on-line</i> : BacenJud | 345 |
| ☐ Penhora <i>on-line</i> : impossibilidade de determinação antes da citação válida | 346 |
| ☐ Penhora <i>on-line</i> : desnecessidade de esgotamento das demais vias. A penhora <i>on-line</i> é medida preferencial | 346 |
| ▶ Penhora <i>on-line</i> : exigência de requerimento expreso do exequente..... | 349 |
| ▶ Penhora <i>on-line</i> : penhora de conta bancária conjunta..... | 350 |
| ▶ Penhora <i>on-line</i> : a manutenção do bloqueio dos ativos após o parcelamento constitui dupla oneração ao contribuinte. Parcelada a dívida, o bloqueio deve ser desfeito | 350 |
| ▶ Penhora <i>on-line</i> : se o executado consegue identificar os detalhes da operação e foi intimado para se defender, não é necessária a lavratura do termo de penhora <i>on-line</i> | 350 |
| ▶ Penhora <i>on-line</i> : impugnação do executado ao bloqueio de ativos financeiros..... | 351 |
| ▶ Penhora <i>on-line</i> e quebra de sigilo fiscal ou bancário. Meio excepcional, permitido apenas após esgotadas todas as tentativas de obtenção de dados nas vias extrajudiciais..... | 352 |
| ☐ A impenhorabilidade das quantias inferiores a 40 salários-mínimos não pode ser reconhecida de ofício. Tema repetitivo 1235..... | 353 |
| ▶ Constrição judicial sobre ganhos do executado e penhora sobre faturamento: medida excepcional..... | 354 |
| ☐ A penhora de cotas de fundo de investimento não equivale à penhora em dinheiro em depósito ou aplicação financeira | 354 |
| ☐ Penhora <i>on-line</i> : é possível o uso da ferramenta denominada teimosinha, que é a reiteração automática e programada de ordens de bloqueio de valores, para pesquisa e bloqueio de bens do devedor | 355 |
| ▶ Penhora de títulos da dívida pública e títulos de crédito com cotação em bolsa | 355 |
| ☐ Título da dívida pública sem cotação em bolsa: enquadramento no inciso VIII do art. 11 da LEF (“direitos e ações”) e não no inciso II..... | 356 |
| ▶ Debêntures | 356 |

| | |
|---|-----|
| ■ Debêntures da Eletrobrás..... | 356 |
| ■ Títulos da dívida agrária. Não se enquadram no inciso II do art. 11 por não terem cotação em bolsa | 357 |
| ▶ Penhora de pedras e metais preciosos | 358 |
| ■ Penhora de pedras preciosas tem se revelado de difícil consecução prática, de modo que se admite a recusa do bem | 358 |
| ■ É legítima a recusa quando não houver laudo atestando sua procedência e valor estimado..... | 358 |
| ■ O depósito dos bens é feito junto à Caixa Econômica Federal (CEF)..... | 359 |
| ▶ Penhora de veículo | 359 |
| ■ Penhora de veículo: a restrição de circulação e licenciamento não é automática com a penhora | 360 |
| ■ O veículo não pode ser penhorado por dívida do devedor fiduciário | 360 |
| ■ Súmula 242 do extinto TFR..... | 361 |
| ■ O impedimento de penhora do bem do devedor fiduciário pressupõe alienação eficaz, requisito inexistente quando verificada fraude à execução..... | 361 |
| ■ Penhora de veículo: possibilidade de nova tentativa de restrição..... | 361 |
| ▶ Penhora sobre os direitos e ações de bem alienado fiduciariamente..... | 361 |
| ■ Debêntures | 362 |
| ■ Debêntures não se confundem com títulos ao portador, emitidos pela Eletrobrás..... | 362 |
| ▶ Penhora de precatórios | 363 |
| ▶ Precatório: ordem judicial dirigida à Fazenda Pública em virtude de condenação transitada em julgado | 363 |
| ■ Possibilidade de nomeação à penhora de crédito representado em precatório..... | 363 |
| ▶ A penhora de precatório equivale à penhora de crédito, e não de dinheiro: Fazenda pode recusar a substituição..... | 364 |
| ▶ Precatório objeto de cessão de crédito: possibilidade de oferecimento em execução..... | 364 |
| ■ Precatório com exigibilidade suspensa. Impossibilidade de oferecimento como garantia, em razão da falta de liquidez do título..... | 365 |
| ▶ Condições para que o credor possa anuir com a nomeação do precatório .. | 366 |
| ■ Compensação depende de autorização em lei específica | 368 |
| ■ Lei autorizativa da compensação deve ser editada no âmbito de cada ente federativo. Princípio da autonomia federativa..... | 368 |
| ■ A autorização para a compensação integra a esfera de discricionariedade da Administração Pública de cada ente, não cabendo ao Judiciário interferir nesta decisão | 369 |

| | |
|--|-----|
| ▶ Não pagamento dos precatórios alimentícios e o sequestro de rendas. Inaplicabilidade..... | 374 |
| ▶ O STF não pode atuar como legislador positivo: impossibilidade de alterar o sentido inequívoco da norma..... | 375 |
| ☐ MC na ADI nº 2.356: suspensão da execução do art. 2º da EC nº 30/2000..... | 381 |
| ☐ Súmula 406 do STJ..... | 383 |
| ▶ Alteração da data para inscrição dos precatórios..... | 384 |
| ▶ Constrição sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, plantações ou edifícios em construção..... | 385 |
| ☐ Súmula 430 do ST..... | 385 |
| ☐ É admitida a penhora do estabelecimento comercial, quando inexistentes outros bens passíveis de penhora e desde que não seja utilizado como residência da família..... | 385 |
| ☐ A penhora de mercadorias do estoque não se equipara com a penhora sobre o estabelecimento comercial..... | 386 |
| ☐ É considerada “constrição sobre estabelecimento” a penhora de dinheiro estabelecida sobre percentual do movimento de caixa da empresa executada..... | 387 |
| ☐ É possível a penhora de faturamento mesmo sem que tenha havido o esgotamento das diligências. Superação do entendimento. Tema repetitivo 769/STJ. Questão submetida a julgamento..... | 387 |
| ☐ A constrição sobre o faturamento deve ser fixada sobre um percentual razoável, e não sobre todo o produto da atividade..... | 389 |
| ☐ Súmula 100 do TJRJ..... | 389 |
| ▶ Múltiplas execuções: penhora do faturamento deve considerar demais constrições já efetuadas..... | 389 |
| ▶ Conversão da penhora em depósito. Penhora em dinheiro..... | 389 |
| ▶ Remoção do bem penhorado para depósito judicial..... | 390 |
| ☐ A remoção de bem para depósito judicial depende da aferição, a cada caso, da conveniência ou não da medida, que não se submete ao exclusivo crivo do exequente. O juiz deve avaliar o caso concreto de forma equitativa..... | 390 |
| ▶ Depositário judicial. Responsabilidade pela guarda e conservação dos bens..... | 391 |
| ☐ Depositário judicial que vende bens não pratica peculato..... | 391 |
| ▶ A ilicitude da prisão do depositário infiel..... | 391 |
| ☐ É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito..... | 392 |
| ☐ É inconstitucional a Lei nº 8.866/94, que estabelece a possibilidade de prisão do depositário infiel de débitos tributários..... | 392 |
| ☐ Súmula vinculante nº 25 do STF..... | 393 |

Art. 12

- ☐ Intimação do executado da penhora: termo inicial do prazo para oposição de embargos à execução 393
- ☐ O termo inicial para a oposição de embargos é a data da efetiva intimação da penhora, e não a da juntada dos autos do mandado cumprido..... 393
- ▶ Intimação da penhora mediante publicação no órgão oficial: diminuta aplicabilidade prática..... 394
- ▶ Intimação pessoal do executado 394
- ☐ A intimação pessoal do devedor dispensa a publicação prevista no *caput* do artigo 12..... 394
- ☐ Súmula 190 do extinto TFR..... 394
- ▶ O mandado de intimação deve indicar expressamente o prazo para interposição de embargos a execução fiscal 395
- ▶ Comparecimento espontâneo do executado nos autos do processo executivo 395
- ☐ Irregularidades na intimação..... 396
- ▶ Necessidade de intimação do cônjuge no caso de penhora sobre bem imóvel: regra deve ser interpretada à luz do Direito de Família..... 396
- ▶ A regra apenas se justifica quando o cônjuge tenha, de fato, direito patrimonial a defender..... 396
- ☐ Desnecessidade de autorização ou participação do cônjuge nos embargos à execução..... 397
- ▶ A execução fiscal e os bens do cônjuge 397
- ☐ Súmula 251 do STJ 397
- ☐ Súmula 134 do STJ 397
- ☐ Possibilidade de penhora de um bem do casal por dívida de um dos cônjuges, desde que respeitada a meação..... 397
- ☐ A reserva da meação deve ser feita em cada bem, quando possível..... 398
- ▶ Tratando-se de bem indivisível, a quota-parte do cônjuge será descontada do produto da alienação 398
- ☐ Súmula nº 134 do STJ..... 399
- ▶ Ausência de assinatura do executado ou de seu representante no AR da citação enviada pelo correio torna necessária sua citação pessoal 399

Art. 13

- ▶ Avaliação do bem penhorado: oficial de justiça ou perito 400
- ▶ Não é feliz a opção político-legislativa de se atribuir a avaliação dos bens constritos ao oficial de justiça 400

| | |
|---|-----|
| ▶ O órgão judiciário não fica vinculado ao valor apresentado pelo oficial de justiça..... | 401 |
| ▶ Impugnação da avaliação | 401 |
| ☐ A impugnação, principalmente quando o feito executivo se encontra em fase de expropriação forçada de bens, necessita estar amparada em situação concreta apta a invalidar a avaliação realizada por oficial de justiça..... | 401 |
| ☐ O juiz não pode recusar o pedido concernente à nova avaliação do bem, nos moldes previstos pelo § 1º do artigo 13 da LEF..... | 402 |
| ☐ O Juiz deve determinar, inclusive de ofício, uma nova avaliação do bem sempre que as circunstâncias do caso assim o recomendarem, pois é imprescindível que se proceda à escorreita avaliação dos bens constrictos..... | 402 |
| ▶ Termo de penhora X Auto de penhora | 403 |
| ▶ Oportunização de manifestação das partes, após apresentado o laudo de avaliação..... | 404 |

Art. 14

| | |
|---|-----|
| ▶ Registro da penhora ou arresto..... | 405 |
| ☐ O registro da penhora não é condição de validade, mas da eficácia <i>erga omnes</i> | 405 |
| ☐ O registro gera presunção absoluta..... | 405 |
| ☐ Somente a alienação posterior ao registro caracteriza fraude à execução..... | 405 |
| ☐ Não incide a Súmula nº 375/STJ em sede de Execução Fiscal, de modo que se presume fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas pelo sujeito passivo inscrito em dívida ativa, sem a reserva de meios para a quitação do débito (presunção absoluta)..... | 406 |
| ☐ Súmula 375 do STJ | 407 |

Art. 15

| | |
|--|-----|
| ▶ Substituição da penhora..... | 407 |
| ☐ A substituição da penhora por dinheiro ou fiança bancária é direito do devedor | 408 |
| ☐ A Fazenda Pública não tem direito de substituir a fiança bancária por penhora de depósito de quantia destinada à distribuição de lucros dos acionistas da empresa devedora, <i>exceto</i> se a fiança se revelar garantia inidônea | 408 |
| ▶ Princípio da menor onerosidade | 409 |
| ☐ Para que o princípio da menor onerosidade tenha aplicação deve haver alternativas | 410 |
| ▶ Reforço da penhora insuficiente..... | 410 |

| | |
|---|-----|
| ■ A ausência de nova avaliação não obsta o reforço da penhora, se já for possível aferir a insuficiência..... | 410 |
| ■ A penhora insuficiente impede a obtenção de certidão negativa | 411 |
| ▶ Penhora e posterior adesão a programa de parcelamento fiscal..... | 411 |
| ■ A penhora só pode ser mantida quando for anterior à suspensão de exigibilidade do crédito..... | 412 |
| ▶ É constitucional a distinção entre débitos não garantidos e débitos cuja execução fiscal já tenha sido ajuizada | 412 |

Art. 16

| | |
|--|-----|
| ▶ Natureza jurídica dos embargos à execução: ação autônoma de impugnação. | 413 |
| ▶ Embargos à execução e garantia do juízo..... | 413 |
| ▶ Competência para processamento e julgamento dos embargos | 413 |
| ▶ A defesa | 414 |
| ▶ Valor da causa..... | 414 |
| ■ Ausência do valor da causa e indeferimento da inicial | 414 |
| ■ O ajuizamento de novos embargos, mesmo ante a desistência dos primeiros antes da citação, enseja a cobrança de novas custas processuais..... | 414 |
| ▶ Prazo para oposição dos embargos à execução fiscal | 415 |
| ■ Enunciado nº 23 do FONEF (Fórum Nacional de Execução Fiscal)..... | 415 |
| ▶ Termo inicial: depósito, juntada da prova da fiança bancária ou intimação da penhora | 415 |
| ■ Quando a garantia é expressamente dispensada, o prazo para embargos tem início na data de intimação da decisão que dispensou a apresentação da garantia | 415 |
| ■ Recomenda-se a lavratura do termo de penhora, ainda que garantida a execução por depósito ou fiança bancária, caso em que, como regra geral, o prazo para oposição dos embargos terá início com a intimação do devedor do termo | 416 |
| ■ O prazo para a oposição de embargos, na execução fiscal, é contado da intimação pessoal da penhora, e não da juntada aos autos do mandado que a instrumentaliza, como ocorre no regime da lei processual civil..... | 417 |
| ■ Havendo mais de uma penhora nos autos, o marco inicial para a oposição dos embargos será a intimação ao devedor da primeira das constrições estabelecidas, pois os embargos não têm por objeto o ato construtivo, mas a própria execução. | 417 |
| ▶ Efeito suspensivo..... | 417 |
| ▶ Se a penhora for de dinheiro, deve haver efeito suspensivo automático | 419 |

| | |
|---|-----|
| ▶ Quando se chega à fase satisfativa da execução, os embargos têm efeito suspensivo automático..... | 419 |
| ☐ Possibilidade de interposição de agravo de instrumento contra decisão que indeferiu o pedido de concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução..... | 419 |
| ☐ Formação dos autos dos embargos: ação autônoma, autuada em apenso.... | 420 |
| ▶ Aplicação da multa por embargos protelatórios..... | 421 |
| ☐ Efeito suspensivo dos recursos e execução provisória | 422 |
| ☐ Súmula 317 do STJ | 423 |
| ☐ Na condenação em honorários sucumbenciais, o art. 85, § 3º, do CPC/2015 deve ser aplicado também quando a Fazenda Pública for vencedora..... | 423 |
| ☐ A verba de sucumbência decorrente do juízo de procedência dos embargos à execução fiscal é autônoma em relação àquela devida em face da consequente extinção do feito executivo | 423 |
| ▶ A exigência de garantia do juízo: divergência doutrinária..... | 424 |
| ☐ STJ: É necessária a garantia do juízo para a apresentação dos embargos à execução fiscal..... | 424 |
| ▶ Pela desnecessidade de prévia garantia do juízo | 426 |
| ☐ Garantia do juízo deve ser afastada se comprovado que o devedor não tem condições de oferecê-la | 427 |
| ☐ Insuficiência patrimonial deve ser comprovada inequivocamente | 428 |
| ☐ Garantia posterior da execução, se encontrados bens | 428 |
| ☐ Garantia do juízo e honorários advocatícios | 429 |
| ▶ Oferecimento de embargos diante de garantia parcial | 429 |
| ☐ A insuficiência da penhora não autoriza a extinção dos embargos do devedor..... | 430 |
| ☐ Reforço da penhora não pode ser deferido de ofício | 430 |
| ☐ Executado beneficiário da justiça gratuita e garantia do juízo..... | 430 |
| ☐ Deve-se aferir a hipossuficiência do executado para garantir o juízo e, não, simplesmente, se goza do benefício da justiça gratuita..... | 430 |
| ▶ Embargos de terceiro..... | 431 |
| ☐ Embargos de terceiro: legitimidade: aquele que não foi citado em nome próprio | 431 |
| ☐ Embargos de terceiro: prazo e marco inicial de contagem..... | 431 |
| ☐ Fungibilidade entre embargos de terceiro e embargos do devedor, desde que preenchidos os requisitos..... | 432 |
| ☐ Sócio-gerente e o redirecionamento da execução fiscal: embargos do devedor..... | 432 |
| ☐ Defesa do sócio <i>sem</i> poder de gerência: embargos de terceiro..... | 433 |

| | |
|---|-----|
| ▶ Terceiro e a penhora da fração ideal do bem indivisível | 433 |
| ▶ Honorários nos embargos de terceiro..... | 434 |
| ▣ Súmula 303 do STJ | 434 |
| ▶ Amplitude da cognição exercida nos embargos à execução..... | 435 |
| ▶ A inadmissão de reconvenção e a questão das exceções..... | 435 |
| ▶ A <i>restrição</i> à compensação: aspectos relevantes | 436 |
| ▣ É lícita a discussão a respeito da compensação no âmbito dos embargos à execução, <i>desde que</i> se trate de crédito líquido e certo e que haja lei específica autorizativa da compensação | 436 |
| ▣ É permitido ao executado, mediante embargos do devedor, opor compensação realizada, efetivada e reconhecida em processo administrativo ou judicial, com créditos objeto da execução..... | 437 |
| ▣ Súmula 394 do STJ | 438 |
| ▣ A empresa, quanto à parte da contribuição social devida por seus empregados, atua como agente arrecadador, não tendo legitimidade ativa para discutir o direito à compensação ou à restituição do indébito..... | 438 |

Art. 17

| | |
|---|-----|
| ▶ Impugnação aos embargos à execução | 439 |
| ▶ Intimação da Fazenda Pública..... | 439 |
| ▶ Da inaplicabilidade do prazo em dobro | 439 |
| ▶ Regra geral de inaplicabilidade dos efeitos da revelia..... | 439 |
| ▣ A ausência de impugnação não faz presumir verdadeiros os fatos alegados pela parte contrária..... | 440 |
| ▶ Produção de provas nos embargos à execução fiscal | 441 |
| ▶ Prova testemunhal..... | 441 |
| ▶ Prova pericial..... | 441 |
| ▶ Julgamento antecipado da lide..... | 442 |
| ▶ Revelia e julgamento antecipado da lide..... | 442 |
| ▶ Julgamento antecipado quando há revelia da Fazenda Pública | 442 |

Art. 18

Art. 19

| | |
|---|-----|
| ▶ Manifestação da Fazenda Pública quanto à garantia | 443 |
| ▶ Desfecho do procedimento executivo | 443 |
| ▣ Crime de descaminho: não depende da conclusão da execução fiscal, mas depende do resultado do processo administrativo | 444 |

| | |
|--|-----|
| ▶ Remição de bens..... | 444 |
| ▶ Remição X remissão..... | 444 |
| ▶ Remição da execução X remição de bens..... | 444 |

Art. 20

| | |
|--|-----|
| ▶ Execução por carta..... | 446 |
| ☐ Na execução por carta, o juízo deprecado apenas julgará os embargos que versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação de bens..... | 446 |
| ☐ Súmula 46 do STJ..... | 446 |
| ▶ Execução por carta no CPC/2015..... | 447 |

Art. 21**Art. 22****Art. 23**

| | |
|--|-----|
| ▶ Alienação antecipada dos bens penhorados..... | 447 |
| ☐ É possível a alienação antecipada mesmo quando oferecidos embargos do devedor..... | 448 |
| ▶ Intimação pessoal do representante da Fazenda Pública e do devedor..... | 449 |
| ☐ Súmula 121 do STJ..... | 449 |
| ▶ A arrematação..... | 449 |
| ☐ Súmula 128 do STJ..... | 450 |
| ☐ Enunciado n.º 193 do FPPC..... | 450 |
| ▶ Preço vil..... | 450 |
| ▶ Leilão por iniciativa particular e leilão judicial..... | 451 |
| ▶ Termo inicial para os embargos à arrematação..... | 451 |
| ☐ No processo de execução, admite-se que o exequente concorra com os estranhos e arremate os bens levados à hasta pública..... | 451 |
| ▶ Arrematação e débitos de natureza previdenciária..... | 451 |
| ▶ Possibilidade de pagamento parcelado deve constar no edital..... | 453 |
| ▶ Pagamento do leiloeiro e demais despesas indicadas no edital..... | 453 |
| ▶ A arrematação prevalece sobre contrato de compra e venda não registrado na matrícula do imóvel..... | 454 |

Art. 24

| | |
|--|-----|
| ▶ Adjudicação: faculdade da Fazenda Pública..... | 454 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| ▶ Natureza jurídica da adjudicação | 455 |
| ▶ A remição do bem prefere à arrematação e à adjudicação..... | 455 |
| ▶ A adjudicação prefere à arrematação..... | 455 |
| ▶ Adjudicação X dação em pagamento | 456 |
| ▶ Vinculação ao edital: arrematação e adjudicação..... | 456 |
| ▶ Adjudicação antes do primeiro leilão ou quando não houver licitante em ambos os leilões: valor de avaliação..... | 457 |
| ▶ O valor da avaliação deve ser corrigido monetariamente..... | 457 |
| ▶ “Antes do primeiro leilão..... | 458 |
| ▶ A exigência de preço não inferior à avaliação protege os interesses do executado | 458 |
| ▶ Fazenda Nacional: adjudicação por 50% do valor da avaliação, quando não houver licitantes | 458 |
| ▣ Decretada a falência, não pode haver adjudicação por metade do valor da avaliação..... | 460 |
| ▶ Havendo licitantes em igualdade de condições | 460 |
| ▶ Embargos à adjudicação..... | 460 |
| ▶ Direito de preferência e igualdade de condições | 461 |
| ▶ Depósito da diferença, quando a melhor oferta superar os créditos da Fazenda Pública | 462 |

Art. 25

| | |
|--|-----|
| ▶ Intimação pessoal do representante judicial da Fazenda Pública..... | 462 |
| ▣ Súmula 240 do extinto TFR..... | 463 |
| ▣ A intimação pessoal do representante da Fazenda Pública é exigida também quando opostos embargos de terceiro..... | 463 |
| ▣ O representante judicial da Fazenda Pública deve ser intimado pessoalmente na execução fiscal e também no agravo de instrumento contra ela oposto.. | 463 |
| ▣ Nas execuções fiscais, o representante judicial da Fazenda Pública será intimado pessoalmente, ainda que a ação tenha sido ajuizada em comarca dotada de órgão de imprensa para publicação de atos processuais | 463 |
| ▣ A prerrogativa de intimação pessoal se aplica também no segundo grau de jurisdição | 464 |
| ▣ Validade da intimação do representante da Fazenda Nacional por carta com aviso de recebimento nas comarcas do interior onde não há sede da procuradoria | 464 |
| ▣ A ausência de intimação pessoal enseja a nulidade do feito..... | 464 |
| ▶ Autarquias e conselhos de fiscalização profissional..... | 465 |

| | |
|--|-----|
| ☐ Súmula 644 do STF | 465 |
| ▶ Intimação do representante judicial: carga nos autos, remessa ou meio eletrônico | 465 |
| ☐ A intimação da Fazenda Pública em comarca diversa daquela em que tramita o feito executivo fiscal pode ser feita por meio de carta registrada..... | 466 |
| ☐ Quando a intimação é feita pelo correio, o prazo tem início com a juntada do AR aos autos..... | 467 |

Art. 26

| | |
|---|-----|
| ▶ Cancelamento da inscrição de Dívida Ativa até a decisão de primeira instância..... | 467 |
| ▶ Natureza jurídica e alcance do cancelamento da inscrição..... | 467 |
| ☐ A extinção do feito em razão do cancelamento da inscrição apenas exonera a Fazenda Pública de arcar com os ônus da sucumbência quando ocorre antes da citação do devedor..... | 468 |
| ☐ As verbas de sucumbência devem ser suportadas por quem deu causa ao ajuizamento da ação: princípio da causalidade..... | 469 |
| ☐ Princípio da causalidade. Não são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública em execução fiscal extinta em razão de superveniência de lei que concede remissão de crédito tributário. À época do ajuizamento, a ação tinha causa justificada..... | 469 |
| ☐ Cabimento de condenação em honorários quando o devedor faz o pagamento extrajudicial antes da citação em execução fiscal já proposta. 1ª Turma do STJ: SIM | 470 |
| ☐ Condenação em honorários quando a execução fiscal é extinta a pedido do exequente, mas a discussão de mérito permanece em outra demanda..... | 471 |
| ▶ Possibilidade reconhecimento jurídico da procedência do pedido por parte da Fazenda Pública, nos processos em que for ré | 472 |
| ▶ Reconhecimento da procedência do pedido e dispensa de condenação em honorários..... | 473 |
| ☐ Súmula 153 do STJ | 476 |
| ☐ Referida regra não pode ser aplicada por analogia para as causas envolvendo a Fazenda Pública Estadual | 476 |
| ▶ Atuação do advogado público..... | 477 |
| ▶ Responsabilidade civil pelo ajuizamento de execução fiscal indevida..... | 478 |
| ▶ Aspectos e impactos da execução fiscal: a execução fiscal em dados..... | 479 |

Art. 27**Art. 28**

| | |
|--|-----|
| ▶ Se o executado for a Fazenda Pública, não se aplica a regra do art. 27..... | 480 |
| ▶ Reunião de atos e de processos..... | 480 |
| ▣ A reunião de processos e de atos processuais é mera faculdade do juiz e não um dever..... | 480 |
| ▣ Súmula 515 do STJ..... | 481 |
| ▣ Havendo uma única decisão para os diversos feitos conexos, poderá ser interposto um único recurso, capaz de reverter a medida questionada em todos os processos..... | 481 |
| ▶ Pressupostos para a reunião de execuções fiscais..... | 481 |

Art. 29

| | |
|--|-----|
| ▶ Os créditos executados antes da decretação da falência não se sujeitam ao concurso de credores quando já houver penhora no feito expropriatório..... | 483 |
| ▣ Súmula nº 44 do extinto TFR..... | 484 |
| ▶ Art. 187 do CTN..... | 484 |
| ▣ A falência superveniente do devedor não tem o condão de paralisar o processo de execução fiscal, nem de desconstituir a penhora realizada anteriormente à quebra..... | 484 |
| ▣ A execução fiscal não é suspensa pelo deferimento do pedido de recuperação judicial, mas os atos de alienação promovidos sobre o patrimônio das sociedades submetem-se ao crivo do juízo universal de falência e recuperação judicial..... | 484 |
| ▶ Não suspensão das execuções fiscais pela decretação de falência. Possibilidade de substituição dos atos constritivos pelo juiz da falência. Conflito de competência em caso de entendimentos opostos..... | 485 |
| ▶ O Ente Público pode escolher entre o rito da execução fiscal e a habilitação do crédito no concurso de credores da falência. A habilitação é possível desde que (1) suspensa a execução fiscal e (2) não haja pedido de constrição no feito..... | 486 |
| ▣ A habilitação de crédito pela Fazenda Pública segue as regras do art. 9º da Lei de Falências..... | 486 |
| ▶ Coexistência de procedimentos é possível, desde que não haja pedido de constrição no juízo executivo..... | 486 |
| ▣ A constatação posterior ao ajuizamento da execução fiscal de que a pessoa jurídica executada tivera sua falência decretada antes da propositura da ação executiva não implica a extinção do processo sem resolução de mérito..... | 487 |
| ▣ Havendo execução fiscal concomitante à execução civil contra o mesmo devedor e pluralidade de penhoras sobre o mesmo bem, o produto da venda judicial deve satisfazer o crédito fiscal em primeiro lugar..... | 488 |

- ☐ Depois da Lei 14.112/2020, compete ao juízo da execução fiscal decidir sobre a prescrição intercorrente de crédito tributário que se busca habilitar perante o juízo da falência 489
- ☐ Não compete ao juízo da recuperação judicial determinar a substituição dos atos de constrição relativos a valores em dinheiro por não constituírem bens de capital 489
- ▶ Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público não foi recepcionado pela Constituição Federal..... 490
- ☐ Súmula 497 do STJ 491
- ☐ Súmula 563 do STF 491
- ☐ O crédito fiscal não tributário não se submete aos efeitos da recuperação judicial 491

Art. 30

- ▶ Alcance objetivo do feito executivo fiscal..... 493
- ▶ A inalienabilidade e a impenhorabilidade decorrentes de ato voluntários são ineficazes nas execuções fiscais 493

Art. 31

- ▶ Da necessidade de prova de quitação da Dívida Ativa ou de concordância da Fazenda Pública para que se efetive a alienação nos processos de falência, recuperação judicial, liquidação, inventário, arrolamento ou concurso de credores..... 494
- ☐ É possível a alienação judicial de bem da massa falida sem a prova de quitação da dívida ativa ou a concordância da Fazenda Pública, *desde que* realizada com a observância dos requisitos estipulados pela Lei de Falências, sobretudo para a quitação de crédito trabalhista, que prevalece sobre qualquer outro..... 494
- ▶ Autorização judicial na ausência de concordância da Fazenda Pública 494
- ▶ Concordância da Fazenda Pública sem a prévia comprovação de quitação... 495
- ☐ Promissário comprador que pagou integralmente o preço de contrato celebrado antes do termo legal da falência deve apresentar certidão de quitação de débitos 495
- ☐ Sucessão tributária e falência 495

Art. 32

- ▶ Depósitos judiciais em dinheiro 496

| | |
|--|-----|
| ■ A conversão em renda do depósito em dinheiro ou o levantamento da carta de fiança que garantem a execução fiscal somente é viável após o trânsito em julgado da decisão que reconheceu a legitimidade da cobrança..... | 496 |
| ▶ O depósito judicial do montante integral como causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário..... | 497 |
| ■ Súmula 112 do STJ | 497 |
| ▶ Depósito judicial em dinheiro é direito subjetivo do contribuinte..... | 497 |
| ▶ Depósito judicial e extinção do processo sem resolução do mérito | 498 |
| ■ Transferência dos valores depositados em ação extinta sem julgamento do mérito para a nova ação | 498 |
| ■ Prazo prescricional para a restituição de depósito judicial indevido | 499 |
| ▶ Constitucionalidade da sistemática prevista na Lei nº 9.703/1998, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais | 499 |
| ▶ Discussão a respeito da constitucionalidade da LC 151/2015, que dispõe sobre depósitos judiciais e administrativos referentes a processos nos quais o Estado, o DF ou os Municípios sejam parte..... | 500 |
| ▶ Atualização dos valores depositados..... | 501 |
| ■ Súmula 179 do STJ | 502 |
| ■ Súmula 271 do STJ | 502 |
| ■ Aplicação da taxa Selic como critério de correção dos depósitos referentes a tributos federais: apenas a partir da Lei nº 9.703/1998. | 502 |
| ■ Aplicação da taxa Selic como critério de correção no âmbito de processos em que o Estado ou o Município são parte..... | 503 |
| ■ A remissão de juros de mora insertos dentro da composição do crédito tributário não enseja o resgate de juros remuneratórios incidentes sobre o depósito judicial..... | 503 |

Art. 33

| | |
|--|-----|
| ▶ Averbação, substituição ou cancelamento do crédito no Registro da Dívida Ativa..... | 503 |
| ▶ Hipótese e natureza da averbação, substituição ou cancelamento do crédito: atribuição imprópria do juiz, que só existe caso a decisão desfavoreça o Fisco..... | 504 |
| ▶ Finalidade da averbação, substituição ou cancelamento do crédito | 504 |

Art. 34

| | |
|--|-----|
| ▶ Cabimento recursal nas causas de até 50 ORTNs: embargos infringentes e de declaração e recurso extraordinário..... | 505 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| ☐ A previsão do art. 35 não afasta o cabimento do recurso extraordinário, sob pena de violação da competência do STF para decidir a respeito de questão constitucional | 506 |
| ☐ Súmula 640 do STF | 506 |
| ▶ Do cabimento de agravo de instrumento nas causas de alçada | 506 |
| ☐ Impossibilidade de manejo de mandado de segurança para atacar sentenças proferidas nas causas de alçada | 507 |
| ▶ Recursos <i>ex officio</i> em causa de alçada | 507 |
| ▶ Valor das ORTN | 508 |
| ☐ Com a extinção da ORTN, o valor de alçada deve ser encontrado a partir da interpretação da norma que extinguiu um índice e o substituiu por outro, mantendo-se a paridade das unidades de referência | 509 |
| ☐ Constitucionalidade da limitação dos recursos manejados nas execuções fiscais de até 50 ORTN | 509 |
| ☐ Não cabe agravo de instrumento nas causas de alçada | 510 |
| ▶ Os embargos infringentes (ou de alçada) | 510 |
| ▶ Cabimento dos embargos de alçada | 510 |
| ▶ Embargos de alçada: prazo não é contado em dobro, por se tratar de lei especial | 511 |
| ▶ Custas, efeito suspensivo e recursos nos embargos de alçada | 511 |
| ☐ Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade entre os embargos infringentes (de alçada) e apelação | 512 |
| ☐ Embargos infringentes de alçada em outras demandas que tratam da cobrança de dívida ativa | 513 |
| ▶ Irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias nos embargos de alçada | 513 |
| ▶ Execução de valor irrisório: a decisão cabe à Administração Federal, não podendo o Poder Judiciário imiscuir-se nesta análise | 514 |
| ▶ Cabimento de mandado de segurança nas causas de alçada | 514 |
| ☐ Negar ao ente público a possibilidade de executar seus créditos de pequeno valor sob o fundamento da falta de interesse econômico viola o direito de acesso à justiça | 515 |
| ☐ Súmula 452 do STJ | 516 |
| ☐ As leis que consideram o valor da dívida de pequeno valor, para efeito de dispensar o ajuizamento do respectivo executivo fiscal, não têm aplicação para as execuções fiscais ajuizadas antes da sua edição, segundo diretriz da Teoria dos Atos Processuais Isolados | 516 |

Art. 35

| | |
|-------------------------------|-----|
| ▶ Revisor nas apelações | 516 |
|-------------------------------|-----|

Art. 36**Art. 37****Art. 38**

- ▶ Outros meios de discussão da dívida: mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida..... 517
- ▶ Ação anulatória ou ação declaratória negativa: a ação anulatória nada mais é do que ação declaratória negativa..... 517
- ▶ Desnecessidade de depósito prévio para a propositura da ação anulatória... 518
- ▣ Efeito suspensivo na ação anulatória: depósito integral ou concessão de tutela antecipada..... 520
- ▣ A execução fiscal em curso não obsta a propositura de ação anulatória..... 520
- ▣ A suspensão da exigibilidade do crédito em ação anulatória obsta a propositura de futura execução fiscal..... 520
- ▣ Se, no entanto, o depósito na anulatória for posterior ao ajuizamento da execução fiscal, o feito deve apenas ser suspenso 520
- ▣ Súmula nº 112 do STJ..... 520
- ▶ Prazo prescricional para a propositura de ação anulatória 520
- ▣ O prazo prescricional para que o Fisco cobre o débito dos contribuintes começa a fluir do trânsito em julgado da anulação ou da reforma de decisão favorável ao contribuinte 522
- ▣ A suspensão de exigibilidade do crédito em razão da antecipação dos efeitos da tutela no juízo cível suspende a prescrição da pretensão punitiva no crime de apropriação indébita previdenciária..... 522
- ▣ A pendência de ação anulatória não implica, necessariamente, em suspensão do processo na ação penal que verse sobre o crime de sonegação fiscal..... 523
- ▶ Fiança bancária e suspensão da exigibilidade do crédito tributário antes do ajuizamento da execução fiscal..... 524
- ▶ Mandado de segurança: cabimento..... 524
- ▶ Mandado de segurança: origem e importância..... 524
- ▶ Mandado de segurança e suspensão de exigibilidade do crédito tributário... 525
- ▣ Revogada a liminar, volta a correr o prazo prescricional..... 525
- ▣ Súmula 405 do STF 526
- ▣ Excepcionalmente, a revogação da liminar pode produzir efeitos *ex nunc*..... 526
- ▣ Mandado de segurança e compensação: cabimento, desde que haja prova pré-constituída..... 526
- ▣ Súmula 213 do STJ 527
- ▣ Súmula 460 do STJ 527

| | |
|--|-----|
| ▶ Momento de impetração do <i>mandamus</i> . Mandado de segurança preventivo e repressivo | 527 |
| ▶ Mandado de segurança: prazo | 527 |
| ☐ Súmula 632 do STF | 527 |
| ☐ O termo inicial do mandado de segurança pressupõe a ciência do impetrante do ato..... | 527 |
| ☐ Já se admitiu a relativização do prazo de 120 dias em prol da segurança jurídica..... | 528 |
| ▶ Mandado de segurança. Intervenção de terceiros | 528 |
| ☐ Intervenção do <i>amicus curiae</i> no mandado de segurança | 529 |
| ☐ A inexistência de condenação em honorários sucumbenciais do mandado de segurança se estende também para a fase recursal..... | 529 |
| ☐ Não cabe sucessão processual no mandado de segurança..... | 530 |
| ☐ Inaplicabilidade da teoria da causa madura ao recurso ordinário em mandado de segurança..... | 530 |
| ▶ Equívoco na indicação da autoridade coatora | 530 |
| ☐ Teoria da encampação: requisitos | 531 |
| ▶ Mandado de segurança: sustentação oral..... | 531 |
| ▶ Exceção de pré-executividade | 531 |
| ▶ Exceção de pré-executividade. Origem histórica..... | 532 |
| ▶ Exceção de pré-executividade. Cabimento..... | 532 |
| ▶ Na verdade, o que tem servido de critério para admitir a objeção ou exceção de pré-executividade é a verificação da necessidade ou não de prova pré-constituída..... | 533 |
| ☐ É possível a alegação de ilegitimidade da parte na exceção de pré-executividade, <i>desde que</i> haja prova pré-constituída..... | 533 |
| ☐ O juiz pode determinar a complementação das provas, desde que elas sejam preexistentes | 534 |
| ☐ A inconstitucionalidade do tributo pode ser alegada no bojo da exceção de pré-executividade..... | 535 |
| ☐ Súmula 393 do STJ | 535 |
| ▶ Exceção de pré-executividade. Custas e garantia do juízo..... | 535 |
| ▶ Exceção de pré-executividade. Prazo..... | 535 |
| ☐ Não há prazo final para a oposição de exceção de pré-executividade, ressalvados os casos de preclusão..... | 536 |
| ▶ Exceção de pré-executividade. Efeito suspensivo..... | 537 |
| ▶ Exceção de pré-executividade. Recurso cabível e condenação em honorários advocatícios dependerão do resultado da decisão | 538 |

| | |
|--|-----|
| ▣ Se a decisão que acolhe exceção de pré-executividade põe fim à execução, o recurso cabível é a apelação, não se aplicando o princípio da fungibilidade recursal. Se a decisão prossegue quanto uma das partes, cabe agravo de instrumento..... | 538 |
| ▣ O acolhimento da execução implica em condenação da Fazenda Pública, ao passo que, sua rejeição implica apenas no prosseguimento da execução, sem condenação do executado em honorários..... | 539 |
| ▣ A extinção parcial da exceção enseja condenação em honorários. É cabível a fixação de honorários em execução fiscal não extinta quando o sócio é excluído do polo passivo..... | 539 |
| ▣ Os honorários na exclusão de sócio do polo passivo de execução por exceção de pré-executividade são calculados com base no valor da dívida executada, dividido proporcionalmente ao número de executados..... | 541 |
| ▣ Jurisprudência em Teses (ed. 52)..... | 543 |
| ▶ Exceção de pré-executividade. Remessa necessária..... | 543 |
| ▣ Renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa: constitucionalidade do dispositivo..... | 545 |

Art. 39

| | |
|--|-----|
| ▶ Custas, emolumentos e despesas em sentido estrito..... | 546 |
| ▶ Natureza jurídica das custas e emolumentos: taxa..... | 546 |
| ▶ O pagamento de custas e emolumentos pela Fazenda Pública..... | 546 |
| ▶ Honorários de perito, assistente técnico e outras despesas em sentido estrito..... | 547 |
| ▣ Dever de ressarcir as despesas adiantadas pelo particular, caso a Fazenda Pública reste vencida..... | 549 |
| ▣ A esfera em que tramita a execução fiscal é irrelevante para determinar a aplicação do dispositivo..... | 549 |
| ▣ Não há dispensa quanto pagamento antecipado das despesas com o transporte dos oficiais de justiça ou peritos judiciais..... | 550 |
| ▣ Súmula 178 do STJ..... | 550 |
| ▣ Súmula 190 do STJ..... | 551 |
| ▣ Súmula 232 do STJ..... | 551 |
| ▣ Súmula 462 do STJ..... | 551 |
| ▣ Súmula 483 do STJ..... | 551 |
| ▣ É inconstitucional lei estadual que obriga a Fazenda Pública a antecipar o pagamento das despesas de diligência dos oficiais de justiça. Competência privativa da União, por se tratar de norma de processo civil. No entanto, mantém-se a obrigatoriedade, em razão da Súmula 190 do STJ..... | 551 |

- ☐ A isenção do art. 39 abrange despesas com citação postal, mas, não com deslocamento de oficiais de justiça 551

Art. 40

- ▶ Constitucionalidade do art. 40: desnecessidade de edição de lei complementar 552
- ▶ Suspensão da execução quando não localizado o devedor, nem encontrados bens passíveis de constrição 553
- ▶ A suspensão apenas ocorrerá se, além de não localizado o devedor, não forem encontrados bens penhoráveis..... 554
- ▶ Alteração legislativa e prescritibilidade da dívida ativa..... 554
- ▶ O arquivamento dos autos não acarreta a extinção do feito executivo 555
- ▶ Prescrição intercorrente. Possibilidade de reconhecimento de ofício, desde que haja prévia intimação das partes..... 556
- ☐ É dispensável a intimação da Fazenda Pública do arquivamento da execução, quando decorrente da suspensão por ela mesmo requerida 557
- ▶ O decreto de prescrição intercorrente feito sem prévia oitiva da Fazenda Pública pode ser convalidado, se o ente não demonstrar em seu recurso efetivo prejuízo suportado 557
- ▶ O reconhecimento da prescrição ocorrida antes da propositura e a necessidade de prévia oitiva da Fazenda Pública: mudança de paradigma/2015..... 558
- ☐ Súmula nº 409 do STJ..... 560
- ☐ A resistência do exequente ao reconhecimento de prescrição intercorrente não é capaz de afastar o princípio da causalidade na fixação dos ônus sucumbenciais, mesmo após a extinção da execução pela prescrição 560
- ☐ No que tange aos crimes contra a ordem tributária previstos nos incisos I a IV da Lei nº 8.137/90, a prescrição do crédito tributário em execução fiscal, qualquer que seja sua modalidade, não justifica o trancamento da ação penal correspondente 561
- ☐ A garantia do crédito na execução fiscal não configura hipótese de extinção da punibilidade ou de suspensão do processo por crime tributário..... 562
- ☐ Na apropriação indébita previdenciária, o pagamento do débito, a qualquer tempo, ainda que após o trânsito em julgado da condenação, é causa de extinção da punibilidade do agente..... 563
- ☐ O dolo de não recolher o tributo, de maneira genérica, não é suficiente para preencher o tipo subjetivo do crime de sonegação fiscal (art. 2º, II, da Lei 8.137/90) 563
- ☐ Súmula 658 do STJ 564
- ▶ O crime de apropriação indébita tributária pode ocorrer em operações próprias 564

| | |
|--|-----|
| ■ A caracterização do crime depende da demonstração do dolo de apropriação, que pode ser caracterizado quando o contribuinte deixa de recolher o tributo de forma contumaz..... | 565 |
| ■ Aplicação do princípio da insignificância aos crimes contra a ordem tributária. Critério definido pelo Ministério da Fazenda..... | 566 |
| ■ O parâmetro vale, a princípio, apenas para os crimes que se relacionam a tributos federais..... | 567 |
| ■ O parâmetro não pode ser aplicado para crimes tributários estaduais, devendo ser observada a lei estadual e a autonomia do ente..... | 568 |
| ■ Crime de contrabando e o princípio da insignificância..... | 569 |
| ■ Aplicação do princípio da insignificância aos crimes de descaminho..... | 569 |
| ▶ Créditos tributários. Termo inicial do interregno preclusivo: data em que se encerra o período de um ano de suspensão do processo..... | 570 |
| ■ Sistemática para a contagem da prescrição intercorrente..... | 572 |
| ■ Súmula 314 do STJ..... | 573 |
| ■ A prescrição intercorrente pode ser decretada até mesmo em execuções fiscais iniciadas anteriormente à edição da Lei nº 11.051/04, que a instituiu no âmbito da LEF..... | 573 |
| ■ Prescrição intercorrente na legislação processual civil..... | 574 |
| ■ A verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado na via do Recurso Especial..... | 574 |
| ■ Não há honorários advocatícios na execução fiscal extinta por prescrição intercorrente. Tema repetitivo 1229. Questão submetida a julgamento..... | 574 |
| ▶ Dispensa de prévia oitiva da Fazenda Pública para o arquivamento das execuções de valor inferior ao mínimo fixado pelo Ministério da Fazenda..... | 576 |
| ▶ Inaplicabilidade da regra às execuções fiscais dos demais entes federados.... | 576 |
| ■ No âmbito federal, a execução fiscal de valor igual ou inferior a vinte mil reais deve ter seus autos arquivados, sendo reativada se os valores ultrapassarem esse limite..... | 576 |
| ■ Execuções de créditos das autarquias federais. Inaplicabilidade da regra..... | 577 |
| ▶ Conselhos de fiscalização profissional. Inaplicabilidade da regra..... | 578 |
| ■ Súmula 583 do STJ..... | 578 |

Art. 41

| | |
|--|-----|
| ▶ Dever de manutenção do processo administrativo na repartição competente. Garantia de ampla defesa..... | 579 |
| ▶ Juntada do processo administrativo: desnecessidade..... | 579 |

- Excepcionalidade da requisição de cópias do processo administrativo pelo magistrado. Exigência de impedimento comprovado do acesso..... 579

Art. 42

- ▶ Período de vacância 581
- ▶ “Revogadas as disposições em contrário..... 581